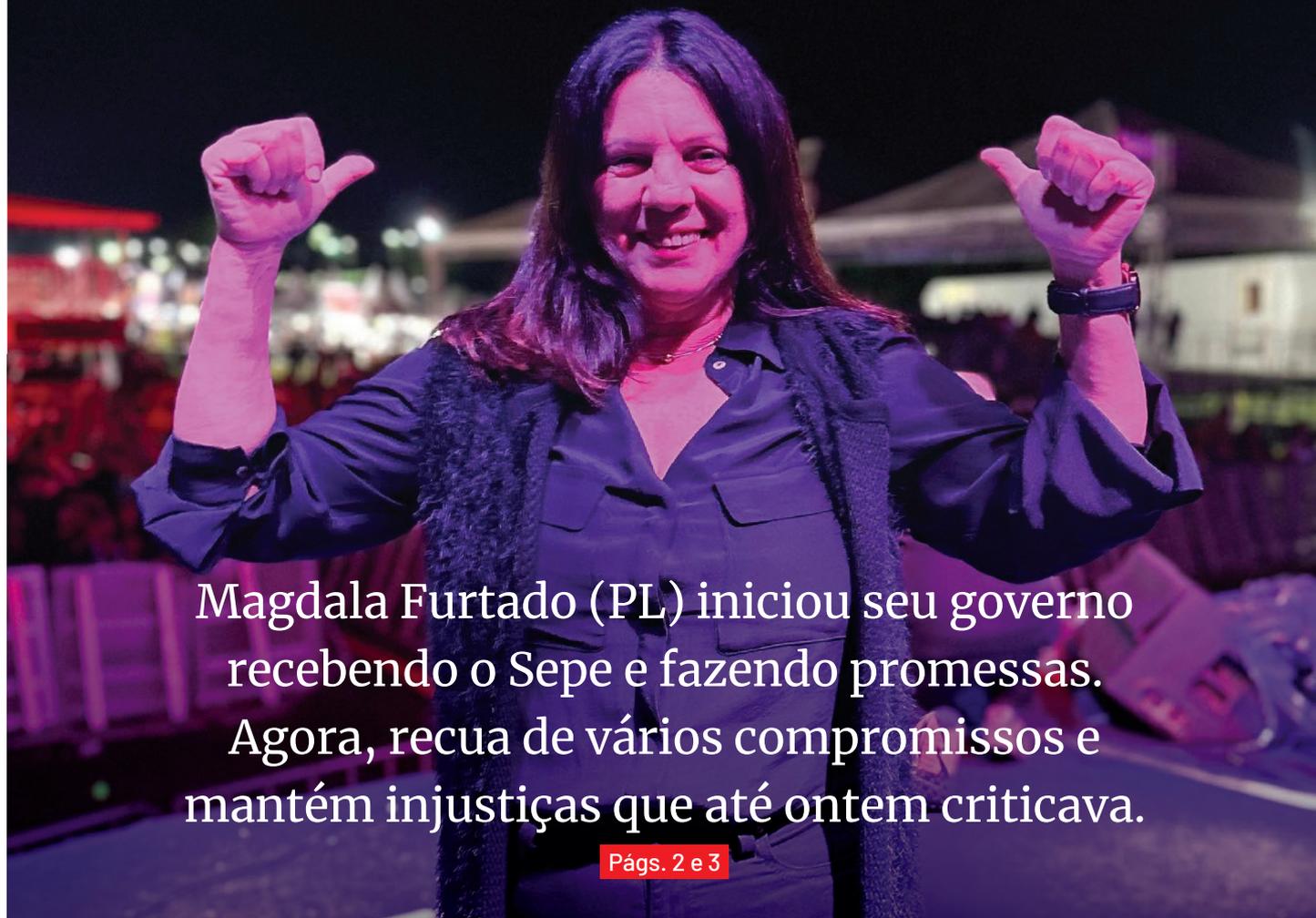


MARCHA RÉ?



Magdala Furtado (PL) iniciou seu governo recebendo o Sepe e fazendo promessas. Agora, recua de vários compromissos e mantém injustiças que até ontem criticava.

Págs. 2 e 3

Foto: Reprodução / Prefeitura de Cabo Frio

Sem reajuste, funcionários escolares precisam lutar pelo descongelamento do Piso Municipal **Pág. 4**

Dias dos professores e servidores públicos: vídeo contrapõe governantes e cobra direitos **Pág. 4**

Avançam as obras na nova sede social e administrativa do Sepe Lagos **Pág. 4**



Negociações

Recuos na pauta frustram a categoria

Confira, ponto a ponto, a postura do governo Magdala (PL) frente às nossas demandas.

1. Cumprimento da Lei do Piso (Lei Federal 11.738/2008) e do PCCR da Educação (Lei Municipal 12/2012)

Magdala prometeu cumprir o Piso Nacional do Magistério respeitando as progressões do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), mas frustrou essa expectativa alegando que a cidade não tem disponibilidade financeira. Com isso, o governo continuará descumprindo o artigo nº 17 da Lei Municipal 12/2012, que estabelece diferença salarial de 50% entre professores de nível médio e graduados.

2. Revisão do Piso Municipal (Lei Municipal 11/2013)

O Piso Municipal de Referência Salarial (PMRS) contempla os servidores municipais de Cabo Frio, entre eles os funcionários escolares, e está congelado há cerca de uma década. Mesmo com a oportunidade de corrigir essa questão, o governo não demonstrou disposição para revê-la, alegando falta de recursos.

3. Correção da tabela praticada pelo Ibascaf, cumprindo a paridade salarial dos aposentados e pensionistas

As contradições entre a tabela salarial praticada pelo Ibascaf e a que pratica a prefeitura, desde a aprovação da lei que concedeu o último reajuste do Piso, afetam a remuneração dos profissionais da educação aposentados e pensionistas. Com isso, eles ganham menos e têm seu direito à paridade salarial desres-

peitado. Um problema que poderia ser facilmente corrigido, mas que a prefeitura empurra com a barriga gerando mais dívidas com os trabalhadores.

4. Nomeação de Comissão para a atualização do PCCR (Lei Municipal 12/2013)

Uma das boas notícias do processo de negociação, que é a comissão para atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCR) da educação, fundamental para esclarecer e ratificar direitos dos educadores, foi publicada no Diário Oficial do dia 9 de outubro de 2023, na página 17. E o Sepe Lagos já elegeu em assembleia seus representantes para compor a comissão.

5. Constituição do Comparp para revisar o Plano de Cargos dos funcionários (Lei Municipal 11/2012)

O Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (Comparp) tem sua existência garantida na Lei 11 (PCCR dos funcionários). A prefeita Magdala havia se comprometido a garantir a nomeação desse órgão, mas ainda não deu notícias sobre sua constituição.

6. Fim da extinção de cargos e da terceirização

A incerteza sobre os cargos que estão em extinção continua a ser uma preocupação para os profissionais da educação e a questão está diretamente associada aos processos de tercei-

rização que estavam sendo implementados por Bonifácio e Elicéa. No entanto, a Seme afirmou ter arquivado o processo de terceirização dos Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs).

7. Abono das faltas de greve entre os anos 2010 e 2023

Segundo a secretária Rejane Jorge, a promessa de abono das faltas de greve entre 2010 e 2023 estaria em andamento com um decreto específico para este fim.

8. Devolução financeira dos dias de paralisação entre 2022 e 2023

A devolução financeira dos dias de paralisação entre 2022 e 2023 foi um dos itens que Magdala e seu secretário se comprometeram a atender. Segundo a secretária Rejane Jorge, esse pagamento será realizado em folha suplementar ao pagamento de setembro.

9. Cumprimento da reserva de 1/3

O Sepe Lagos cobra a correta aplicação da reserva de 1/3 (direito garantido pela Lei do Piso). Hoje, os trabalhadores cumprem uma hora a mais em sala de aula sem remuneração. Para corrigir o problema, o sindicato propôs a ampliação da carga horária semanal de 20 para 21 horas, como forma de garantir a correta remuneração dos docentes. Porém, a medida foi rejeitada com base na suposta falta de recursos e a lei continua sendo descumprida.

10. Revogação da Resolução que impõe a obrigatoriedade de três dias para cumprimento da jornada docente

Apesar de enfrentar grande resistência por parte de burocratas da Seme, essa é outra promessa da prefeita que até o momento o governo diz que irá cumprir. Porém, a implementação dessa medida seria realizada somente no próximo ano.

11. Reajuste anual para todos os servidores;

O reajuste anual para todos os servidores deveria ter ocorrido em abril deste ano (como manda a lei), mas continua sendo negado com base na alegada falta de recursos, fazendo com que a categoria acumule ainda mais perdas salariais.

12. Posse dos concursados;

Apesar da prefeita ter prometido celeridade na posse dos concursados de 2020, até hoje o governo não convocou e empossou os aprovados. A situação revolta os educadores que estão há mais de 2 anos aguardando para ocupar os cargos aos quais têm direito. Vários deles entregaram documentos em junho deste ano e realizaram os exames médicos exigidos pela prefeitura que, devido à demora, já perderam a validade.

13. Convocação dos cerca de 84 aprovados do concurso de 2009, para efetivo cumprimento de acordo judicial;

A convocação do último grupo de aprovados do concurso de 2009, ação que havia sido garantida pela prefeita Magdala, voltou a ser negada frustrando mais uma vez trabalhadores que estão há mais de uma década lutando por seus direitos, mesmo tendo sido vitoriosos em ação judicial do Sepe Lagos. Muitos deles trabalham na condição precária de profissionais contratados, mas em vagas que deveriam ocupar como concursados. O Sepe se manifestou na ação judicial pedindo que a convocação desses profissionais aconteça imediatamente.

14. Pagamento de resíduos trabalhistas;

Os pagamentos de resíduos trabalhistas também enfrentam alegadas restrições financeiras. Por isso, o governo pretende manter um lento ritmo de realização dos pagamentos, disposto de R\$100 mil mensais para quitação das dívidas com os trabalhadores. A prefeitura admitiu dever mais de R\$ 6 milhões aos servidores da educação.

15. Pagamento de Vale Transporte para os contratados;

O pagamento de vale-transporte para os contratados — medida essencial, devido aos baixos salários pagos pela prefeitura a estes profissionais — foi outra demanda negada com base na suposta falta de recursos.

16. Pagamento de férias e 1/3 de férias aos contratados que atuaram na rede por no mínimo 12 meses

Entre 2021 e 2022, muitos servidores contratados tiveram seus contratos estendidos (totalizando 12 meses). Nestes casos, eles têm direito ao pagamento de 1/3 de férias garantido por lei municipal. A comissão de negociação defendeu o pagamento imediato desses trabalhadores, mas a Seme disse que só poderá efetuar em novembro.

17. Alimentação para os servidores

A comissão de negociação cobrou da prefeita Magdala a garantia de que os servidores possam se alimentar nas escolas. Fez essa defesa salvaguardando a prioridade dos alunos, como determina o PNAE, e também levando em conta que o município complementa os recursos para alimentação escolar. O Memorando Circular da Seme nº 103/2023 foi enviado às escolas em 10 outubro garantindo esse direito.

18. Resolução da restrição bancária que impede a concessão de consignado;

A questão relativa à concessão de empréstimo consignado aos servidores junto ao banco Santander, segundo o governo, foi sanada. Agora é ver se realmente teremos acesso a esse crédito.

19. Revogação do Decreto que impede o pagamento das licenças-prêmio dos servidores aptos a se aposentarem

Uma das medidas acordadas anteriormente, a revogação do decreto que afeta a concessão de licença-prêmio foi cancelada pelo governo Magdala devido a supostas limitações financeiras do município.

20. Criação de cargos públicos para as vagas existentes na rede municipal

A demanda para a criação de cargos na educação tem sido discutida desde a primeira audiência. Principalmente, no caso das auxiliares de classe para acompanhamento de pessoas com deficiência (PCDs), função para a qual a prefeitura contratou, de forma temporária e precária, mais de 1300 profissionais. Até o momento, a medida não foi atendida.

21. Quitação dos enquadramentos

Em audiência no dia 2 de outubro, a Seme anunciou que executará os pagamentos dos enquadramentos em ritmo escalonado — atendendo em torno de 60 servidores a cada mês. Os grupos, no entanto, só iniciariam a receber este direito em fevereiro de 2024. Por insistência da comissão de negociação, a secretária prometeu considerar a possibilidade de iniciar os pagamentos do primeiro grupo ainda este ano, em novembro.

22. Pagamento das horas extras devidas às Monitoras do Transporte Escolar de Tamoios

O pagamento das horas extras devidas às ASGs que atuam como monitoras do transporte escolar no 2º Distrito depende apenas da autorização da prefeita. A dívida é minúscula (apenas R\$36 mil, valor insignificante frente à arrecadação da prefeitura mas que faz muita falta para as trabalhadoras). Magdala disse que atenderia essa demanda sem nenhuma dificuldade, mas até hoje não o fez.

Foto: 8photo / Freepik.com

Dias dos professores e servidores

Vídeo rechaça a demagogia



Um contraponto à demagogia dos governantes! Para marcar as datas comemorativas de outubro (15/10, dia dos professores; e 28/10, dia dos servidores públicos), o Sepe Lagos produziu um vídeo especial que denuncia os direitos que nos têm sido negados. Assista apontando a câmera do seu celular para o código QR acima.

É hora de dizer “basta!”

Descongelar o Piso Municipal e instituir o Comparp, já!

O Piso Municipal e o Plano de Carreiras estão congelados há uma década, prejudicando os funcionários escolares

Os profissionais da educação vinculados à Lei nº 11/2013 (funcionários administrativos), precisam se mobilizar para exigir a revisão do Piso Municipal de Referência Salarial (PMRS).

O Plano de Carreiras também está congelado e por isso é urgente que a prefeitura institua o Conselho Municipal de Política de Administração e

Remuneração de Pessoal (Comparp), instrumento que garante aos servidores participação na revisão da Lei 11.

Tantos anos de desvalorização já fazem muitos funcionários receberem menos que o salário mínimo. É preciso que toda a categoria lute para acabar com esse absurdo. Não se cale diante dessa situação: mobilize-se!

Aposentadas da educação

Da luta ninguém se aposenta

A última reunião do Coletivo de Aposentadas/os da Educação do Sepe Lagos aconteceu no dia 29/9, com a participação de várias trabalhadoras.

No encontro, debateram sobre as recentes ações jurídicas do sindicato na rede estadual e também houve informes sobre as negociações com o Ibascaf e a luta pelo respeito à paridade salarial e pelo pagamento dos resíduos trabalhistas. O coletivo também organizou um “passeio cultural” à Ilha de Paquetá, para o final deste mês.

Sua próxima reunião será no dia 27/10, às 15h, no Ed. Premier Center, 3º andar, na antiga sede do sindicato.

Nova Sede do Sepe Lagos

Avançam as obras na Casa da Educação

As obras da nova sede social e administrativa do Sepe Lagos estão avançando a todo vapor. O primeiro pavimento do prédio já está passando pela construção de um novo piso. O espaço, que é propriedade dos trabalhadores da educação, em breve abrigará assembleias, reuniões, festas e diversos eventos artísticos e culturais.

A nova sede já funciona desde março para atendimento ao público e rotina administrativa. O endereço é na Rua da Conspiração, nº 85, bairro Guarani, Cabo Frio. Sua aquisição é uma conquista histórica da categoria e um ponto de apoio para as lutas sociais na região. Visite-nos!

Expediente



Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, Núcleo Lagos

Endereço:
Rua da Conspiração,
nº 85, Bairro Guarani,
Cabo Frio, Rio de Janeiro,
CEP: 28.909-410

Telefone: (22) 2644-9898
WhatsApp: (22) 9-9878-0191
E-mail: sepe.lagos@gmail.com
Portal: www.sepelagos.org.br
 sepelagos

Redação, projeto gráfico e diagramação:
Ricardo Malagori
(jornalista)